



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



EDITAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025

EDITAL COM INVERSÃO FASES (ART. 17, §1º DA 14133/2021)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRONICA
Nº 013/2025 - LEI 14133/2021

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS - BA
CNPJ 13.672.597/0001.62

DEMANDANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA CONVENCIONAL E CONTEINERIZADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS, PÚBLICOS E INDUSTRIAIS, LAVAGENS E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES E VIAS, LIMPEZA DE PRAIAS E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
36.890.156,28 (TRINTA E SEIS MILHOES OITOCENTOS E NOVENTA MIL E CENTO E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
ABERTURA DE PROPOSTA – 15/10/2025 – AS 09:00HS
INICIO DA DISPUTA – 15/10/2025 – AS 09:00HS

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:
ABERTO e FECHADO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025

EDITAL COM INVERSÃO FASES (ART. 17 DA 14133/2021)

Regida pela Lei nº 14.133/2021 com aplicação subsidiária ao Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Órgão(s) Participante(s):

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

I – Processo Administrativo:

104/2025

II – DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:

15/10/2025 – 09h00min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

III – INÍCIO DA DISPUTA:

15/10/2025 – 09h00min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

IV – LOCAL:

15/10/2025 – 09h00min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>

V – OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA CONVENCIONAL E CONTEINERIZADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS, PÚBLICOS E INDUSTRIAIS, LAVAGENS E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES E VIAS, LIMPEZA DE PRAIAS E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BA.

VI – PRAZOS:

A execução dos serviços deverá ocorrer conforme estabelecido no termo de referência.

Vigência Contratual: 12 (doze) meses;

VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal/fatura e respectiva conferência, conforme conta do Termo de Referência.

VIII – LOCAL DE REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO:

Os Fornecimentos serão realizados conforme termo de referência

IX – ANEXOS:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
 - b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
 - c) ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
 - d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
 - e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
 - f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
-



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



-
- g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
 - h) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;
 - i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
 - j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
 - k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
-



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025

PROCESSO Nº. 12706/2025

EDITAL COM INVERSÃO FASES (ART. 17 DA 14133/2021)

O **MUNICÍPIO DE ILHÉUS** – Estado da Bahia, através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, por determinação do Ilm. Senhor Carlos Machado de Andrade Filho, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, torna público, para conhecimento das empresas interessadas que será realizada licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, pelo Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. A Concorrência será realizada em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – internet, através do site <https://licitanet.com.br/>

1. REGÊNCIA LEGAL

1.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021

1.2. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e 147 de 07/08/2014;

1.3. Decreto Municipal nº 269 de 14 de janeiro de 2025 e alterações posteriores.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. A Concorrência Pública, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através de **Concorrência Pública, na Forma Eletrônica no site <https://licitanet.com.br/>**

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ilhéus - BA, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo LICITANET constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br/>

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

Início do recebimento das propostas: **29/09/2025 a partir das 18:00hs**

Abertura das Propostas: **15/10/2025 a partir das 09:00hs**

Início da Disputa: **15/10/2025 a partir das 09:00hs**

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



4.1.1 Poderão participar empresas reunidas em consórcio, limitada a 02 (duas) consorciadas participantes, nos termos da justificativa apresentada no Termo de Referência.

4.2. Poderão participar desta **Concorrência Pública** as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à <https://licitanet.com.br/>;

4.3. É vedada a participação de empresa em falência ou condenada nos Poderes Federal, Estadual e Municipal.

4.4. É vedada à participação direta na presente licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- c) Empresa que estiver sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- d) Empresa que esteja suspensa de licitar ou contratar no âmbito do Município de Ilhéus-Bahia e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na data da licitação e;
- e) Empresa que tiver promovido qualquer tipo de dano ao município, que se comprove com parecer jurídico ou laudo técnico ou mesmo notificação, mesmo que seja mora no prazo, devidamente julgada em processo disciplinar.
- f) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- g) Autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- h) Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,
- i) acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- j) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- k) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- l) Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- m) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- n) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- o) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- p) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

- q) O impedimento de que trata a alínea “k” será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- r) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem às alíneas “h e i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- s) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- t) O disposto nas alíneas “h e i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do termo de referência e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- u) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.
- v) A vedação de que trata a alínea “o” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema **no site <https://licitanet.com.br/>**, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.5.1. Todas as ações referentes ao certame serão realizadas no sistema **<https://licitanet.com.br/>**; não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meio para cadastro de propostas e documentações.

4.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto ao portal (**<https://licitanet.com.br/>**), onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu Login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

4.7. Poderão ser cadastrado no sistema as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo (se houver) e em caso de itens específicos mediante solicitação do Agente de Contratação, com a inserção de catálogos do fabricante.

4.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo IX, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento no sistema **<https://licitanet.com.br/>**, informar no campo próprio da ficha técnica de cadastro da Licitante, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e 147/2014.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação/, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA:

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **4.6**, operador devidamente credenciado ao sistema (<https://licitanet.com.br/>), atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: (<https://licitanet.com.br/>);

6.2. A participação do licitante na Concorrência Pública se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador do certame, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Concorrência Pública, sob a responsabilidade do seu usuário.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Pública.

7. PARTICIPAÇÃO

7.1. A participação na CONCORRÊNCIA PÚBLICA, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



7.2. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do certame. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

7.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

7.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao <https://licitanet.com.br/>, no Telefone: (34) 2512-6500 ou no E-mail: fornecedor@licitanet.com.br ou comercial@licitanet.com.br.

8. DA INVERSÃO DE FASE – HABILITAÇÃO

8.1. A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, com fulcro ao art. 17, §1º da Lei. 14.133/2021, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTA CERTAME.

8.2. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência;

8.3. Se faz necessária e indispensável à realização de análise técnica dos licitantes previamente, onde ao priorizar a fase de habilitação, é possível assegurar que apenas empresas que cumpram rigorosos critérios técnicos participem da disputa;

8.4. O presente procedimento fundamenta-se ainda, no DFD documento de formalização de demanda, bem como no Termo de Referência da Secretaria Demandante;

8.4.1. A análise técnica ficará a cargo do corpo técnico da Secretária Demandante, que emitirá Parecer de Análise Técnica, informando sobre Habilitação ou Inabilitação do Licitante;

8.5. Encerrada a fase de julgamento das habilitações, o agente de contratação verificará se a licitante provisoriamente habilitada atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

8.5.1. Poderá ser consultado o cadastro unificado do Tribunal de Contas da União, através do link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>. 5.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. 5.5.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

8.6. Habilitados os licitantes (vide item 13), o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

8.7. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, deverá ser apresentada diretamente no sistema;

8.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação será traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660 de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou ainda por e-mail nos casos de necessidade de diligências;

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.16. Para fins de habilitação, o Agente de Contratação poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais em qualquer fase do processo. 8.17. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos, e nos casos qualificação técnica e econômica de filiais, podendo ser administrado o CNPJ da matriz como comprovação de regularidade.

8.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital e estando os valores apresentados na disputada de lance em atendimento ao edital, o licitante será declarado vencedor.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



8.20. Ao preço do licitante declarado vencedor poderá ser registrado tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

8.20.1. Neste caso, o Agente de Contratação retomará o procedimento a partir da fase de lances, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até que se atinja a quantidade total estimada no Termo de Referência.

8.21. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata gerado pelo sistema, que mencionará todas as licitantes cadastradas no sistema, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação precederá fase de apresentação de propostas e lances de julgamento. Conforme **item 8** do referido edital, devendo os licitantes encaminhar, nos termos deste edital a Documentação de Habilitação item 13 deste edital.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.3. Caso a fase de habilitação anteceda¹ as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e nos prazos estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observada o disposto nos itens deste Edital.

9.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

9.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

9.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.

9.6. O fornecedor/prestador enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos

¹ Este certame acontecerá com a inversão de Fase, conforme contante do item 8, deste edital



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

9.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame, para aquele item;

9.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital.

9.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõe a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

9.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

9.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

9.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 8.11 possuirá caráter sigiloso** para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



9.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor total Global;

10.1.2. Unidades – Preços unitários – conforme liberado no sistema gerenciador;

10.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas;

10.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos;

10.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, nas descrições da plataforma do sistema.

11.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total Global.

11.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

11.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.12. Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Pública o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



ordem final de classificação.

11.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.13. Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Pública o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

11.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lances serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.20.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.20.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.20.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

11.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

11.21.2.2. Empresas brasileiras;

11.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



dezembro de 2011.

11.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.25. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.26. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.27. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.28. A critério da Secretaria Demandante poderá ser exigida planilha de composição de custos e formação de preços dos produtos envolvidos na contratação e sua apresentação serão no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir da solicitação feita no sistema, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e envio dos documentos solicitados. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

12. FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.2 deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. Contiver vícios insanáveis;

12.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

12.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

12.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

12.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;

12.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Administração, independentemente do regime de execução.

12.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último eo valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

12.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi- integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

As empresas licitantes deverão apresentar:

13.1. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- I. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- III. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- V. Cédula de Identidade do(s) Administrador(es) da empresa.

13.2. REGULARIDADE FISCAL

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, ou Municipal, relativo ao
- III. domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- IV. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:
 - V. As Provas de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do Licitante, terão validade por 06 (seis) meses a partir da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado em Lei ou no próprio documento.
 - VI. Certidão Conjunta negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - VII. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual; Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, por meio da unidade administrativa da sede da LICITANTE;
 - VIII. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da unidade administrativa da sede da LICITANTE
 - IX. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
 - X. Declaração de não manter menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em seu quadro de empregados, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, observada a legislação trabalhista,
 - XI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei Federal no 12.440/11
- XII. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal, certidões positivas, com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo cartório competente, da sede da pessoa jurídica;
- II. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial exigida no item anterior, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.
- III. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, ano de referência 2023 e 2024, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- IV. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a esse limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior.

- V. O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.
- VI. O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital", e apresentar também os termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.
- VII. Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei n.º 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial.
- VIII. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura.
- IX. Declaração datada e assinada pelo representante legal e contador da empresa, demonstrando a boa situação financeira da empresa, comprovada pelo atendimento dos seguintes índices financeiros.

13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I. Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Profissional Competente, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação.
- II. Termo de compromisso dos membros da equipe técnica de que irão efetivamente fazer parte do quadro da empresa na execução dos serviços no caso de homologação do objeto do referido certame.
- III. Declaração de que a licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos que mantém com os membros da equipe técnica no caso de ser vencedora da licitação.
- IV. Quando da assinatura do contrato, o vínculo poderá ser comprovado através de uma das seguintes alternativas:
 - a. Cópia da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
 - b. Contrato Social da empresa;
 - c. Ficha de empregado atualizada;
 - d. Cópia de contrato de prestação de serviços;
 - e. Outra forma de comprovação, desde que devidamente prevista pela legislação vigente.
- V. Qualificação técnica profissional:
 - a) Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s), tenha(m) prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação.
 - b) A referida comprovação dar-se-á através da apresentação de atestados emitidos em nome do(s) profissional(is), dentro das atribuições inerentes ao objeto deste Edital, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificados pelo Conselho Profissional Competente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- c) Para a aferição da qualificação técnico profissional, serão considerados como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo os seguintes quesitos previstos na Planilha do Orçamento:

ATESTAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.	Ton /Mês	2500,00
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	1000,00
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	225,00
6	Lavagem de Feiras Livres	m ²	49667,13
9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	1.125,00
10	Varrição Mecanizada de vias publicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	1,00
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	1,00

VI. Qualificação técnica operacional:

- a) Comprovação da licitante ter prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação.
- b) A referida comprovação dar-se-á através da apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem aptidão da licitante para o desempenho das atividades compatíveis e pertinentes em características e quantidades com o objeto da licitação, limitadas às parcelas/quantitativos de maior relevância e valor significativo.
- c) Para a aferição da qualificação técnico operacional, serão considerados como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo os seguintes quesitos previstos Planilha Orçamentaria Estimativa anexa ao edital:

ATESTAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.	Ton /Mês	2500,00
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	1000,00
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	225,00
6	Lavagem de Feiras Livres	m ²	49667,13
9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	1.125,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



10	Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	1,00
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	1,00

VII. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço (cidade);
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

VIII. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Secretaria Gestora responsáveis pelo contrato.

IX. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da prestação de serviço (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
- Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa - FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
- Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

X. A não apresentação de documentação comprobatória prevista no parágrafo anterior não importará na inabilitação sumária da Interessada, mas a sujeitará à diligência documental pela Secretaria Gestora responsável pelo contrato. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a Interessada será considerada inabilitada para o certame.

XI. Nos atestados de serviços executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos exigidos, os serviços executados pela Interessada que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio;

XII. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da Interessada na composição inicial do consórcio.

XIII. No caso de atestados que apresentarem unidades de serviços executados diferente das exigidas neste termo, as conversões obedecerão aos critérios de produtividade usualmente praticados no mercado;

XIV. Declaração formal emitida pela Interessada, informando que os equipamentos necessários para execução dos serviços, deste Termo de Referência, estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Estes equipamentos estarão sujeitos a vistoria "in loco" pela Secretaria Municipal Gestora do Contrato, por ocasião da contratação e sempre que necessário.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- XV. Declaração, datada e assinada pelo representante legal da empresa, informando que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas com o objeto licitado, tais como, acesso, transporte, preços, condições do local e disponibilidade de material e mão de obra, e que esclareceu todas as dúvidas sobre o objeto da licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e plenamente capacitada para elaboração da proposta.
- XVI. Declaração de idoneidade, datada e assinada pelo representante legal da empresa, informando que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da administração pública, bem como não possui qualquer outro fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- XVII. Indicação da equipe técnica mínima responsável pela execução dos serviços, contendo, no mínimo 01 (um) engenheiro civil ou sanitarista e 01 (um) administrador, com autorização expressa do mesmo para inclusão do seu nome na equipe técnica da execução do objeto da licitação.
- XVIII. Poderão participar empresas reunidas em consórcio, limitada a 02 (duas) consorciadas participantes.
- XIX. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio.
- XX. As 02 (duas) empresas consorciadas deverão comprovar que possuem qualificação técnica suficiente para atendimento da integralidade do quantitativo solicitado nas parcelas de maior relevância, em pelo menos 03 (três) parcelas.

14. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

14.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser enviados via sistema, na plataforma <https://licitanet.com.br/>. Não sendo válida qualquer outra forma de envio;

14.2.1. O documento enviado deverá constar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

14.3. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

14.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas diretamente no site www.ilheus.ba.gov.br/site/licitacoes, e na plataforma <https://licitanet.com.br/>;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- a) A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.
- b) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DOS RECURSOS

15.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, enviado diretamente no sistema, plataforma <https://licitanet.com.br/>, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação

15.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

16. DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 O vencedor será convocado para assinar o Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 meses, prorrogáveis conforme legislação vigente;

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

17.3. A convocação do licitante ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias e na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato, anexo a este Edital.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

22.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

22.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



22.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

22.1.5. Fraudar a licitação

22.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1. advertência;

22.2.2. multa;

22.2.3. impedimento de licitar e contratar e

22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

22.3.2. as peculiaridades do caso concreto

22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

22.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



22.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas aos responsáveis em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação.

22.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



23.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação, vinculará a execução do objeto com o licitante vencedor e que teve seus atos homologados pela Administração.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios de isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

23.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência, www.ilheus.ba.gov.br e no <https://licitanet.com.br/>;

23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
- d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
- g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
- h) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUÇÃO DE ME/EPP;
- i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
- j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;;

Ilhéus – BA, 29 de setembro de 2025



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Carlos Machado de Andrade Filho
Secretário Municipal de Serviços Urbanos



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

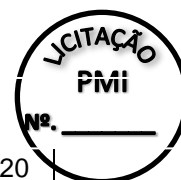
1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA CONVENCIONAL E CONTAINERIZADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS, PÚBLICOS E INDUSTRIAIS, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES E VIAS, LIMPEZA DE PRAIAS E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS compreendendo os serviços que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.	Ton	5000,00
2	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais utilizando-se motocicleta. (DIFÍCIL ACESSO)	EQUIP X MÊS	2,00
3	Coleta Containerizada de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares, Comerciais e de Varrição	EQUIP X DIA	15,00
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	2001,00
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	450,00
6	Coleta e Transporte de Resíduos Volumosos (PODA / ROÇAGEM)	EQUIP X MÊS	2,00
7	Lavagem de Feiras Livres	m ²	99334,25
8	Limpeza Mecanizada de Praias e remoção dos resíduos	EQUIP X MÊS	2,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	2251,20
10	Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	2,00
11	Limpeza de superfícies com hidrojato e desinfetante.	EQUIP X MÊS	1,00
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	2,00
13	Fornecimento e Manutenção de Caixas Estacionárias	Und/Mês	8,00
14	Disponibilização de contenedores fixos com capacidade mínima de 300L	Und/Mês	150,00

1.2. JUSTIFICATIVAS: os serviços objeto deste Termo de Referência (coleta e transporte de resíduos sólidos - domiciliares, comerciais e industriais-, lavagem e desinfecção de feiras livres e vias, limpeza de praias e limpeza urbana) são, por natureza e definição, serviços essenciais que impactam, dentre outros, a saúde pública. A par disso, a produção de resíduos sólidos (lixo) nas cidades é um fenômeno inevitável que ocorre diariamente em quantidade e composição que variam de acordo com diversos elementos que devem ser considerados, a exemplo do nível de desenvolvimento econômico e da respectiva atividade, condições climáticas, população e os seus diferentes estratos sociais, dentre muitos outros.

1.2.1. São serviços públicos de saneamento básico que possuem natureza essencial para assegurar o bem-estar e a saúde pública, e necessitam ser prestados de forma contínua e ininterrupta, para o fim de garantir direito fundamental da população.

1.2.2. Ao Município toca a incumbência de prover a população dos serviços citados podendo fazê-lo de modo direto (execução direta, por seus próprios meios) ou de maneira indireta (execução por terceiros segundo os comandos legais).

1.2.3. No caso específico, o Município não dispõe de mecanismos hábeis para a execução direta de tais atividades não restando outro caminho a não ser a contratação de empresa especializada no Setor. É dizer, justifica-se a contratação de terceiros para execução dos serviços a serem licitados, uma vez que a Prefeitura Municipal de Ilhéus não dispõe de suficiente quadro de profissionais para execução direta do objeto, sendo usual, nestes casos, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada.

2.DAS DEFINIÇÕES

2.1 Para efeito deste Termo de Referência são adotadas as seguintes definições, sem prejuízo de outras, inseridas ao longo do referido documento:

Limpeza Urbana: é o conjunto de ações, exercidas sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, relativas aos serviços públicos de coleta e remoção dos resíduos sólidos e de seu transporte, tratamento e disposição final, e dos serviços públicos de limpeza de vias e logradouros públicos, bem como de sua conservação com finalidade estética e em prol da salubridade ambiental;

Gerenciamento dos Serviços de Limpeza Urbana: é o processo que compreende a operação e o controle da coleta, da manipulação, do acondicionamento, do transporte, da disposição final dos resíduos sólidos;

Regime de Execução, Tipo e Critério de Julgamento: O regime de execução adotado será o de empreitada por preço unitário. O tipo e critério de julgamento da licitação se dará por menor preço global.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Resíduos Sólidos (RS): materiais decorrentes de atividades humanas em sociedade, gerados como sobras de processos ou aqueles que não possam ser utilizados com a finalidade para os quais foram originalmente produzidos e que se apresentam nos estados sólido ou semissólido, como líquidos não passíveis de tratamento de efluentes, ou ainda os gases contidos;

Resíduos Sólidos Residenciais (RSR): são resíduos sólidos urbanos gerados nas atividades diárias das casas, apartamentos, domicílios e demais edificações residenciais, inclusive pequenas podas em jardins;

Resíduos Sólidos Comerciais (RSC): são resíduos sólidos urbanos gerados em estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como escritórios, repartições públicas, escolas, bancos, clínicas e hospitais (exceto o resíduo infectante), bares e restaurantes, lojas, mercados e feiras livres, etc, cujas características dos resíduos gerados dependem das atividades ali desenvolvidas;

Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD): é o somatório dos RSR e dos RSC de pequenos geradores, cuja obrigação de coleta, transporte e disposição final é do poder público municipal;

Velocidade Média de Coleta - da mesma maneira que o percurso e o tempo de coleta correspondem à velocidade média do veículo coletor durante o percurso em que a coleta dos resíduos sólidos está efetivamente sendo realizada, medida em quilômetros por hora (km/h).

Roteiro de Coleta - Compreende o itinerário no qual devem ser efetuados os serviços de coleta de resíduos domiciliares e dos resíduos provenientes da limpeza de logradouros;

Metodologia Executiva de Operação dos Serviços - Materializada em Planos de Trabalhos e nomenclaturas afins, compreende o conjunto de documentos a que se referem o artigo 30, § 8º, da Lei de Licitações, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos porquanto os serviços essenciais de limpeza pública envolvem especialização técnica que é fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto sem comprometer a continuidade executiva do ajuste que vier a ser lavrado.

Destino Final - Local definido para onde serão destinados os resíduos coletados das operações de coleta.

Os serviços que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados em conformidade com os planos aprovados por esta Prefeitura, atendidas as especificações e demais elementos técnicos.

Deverão sempre obedecer ao disposto na metodologia de trabalho aprovada e especificações, cabendo à Fiscalização decidir sobre possíveis alterações que se façam necessárias no transcorrer dos serviços.

3.DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA

A presente licitação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e alterações, e pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, bem assim demais normas vigentes que regulam as licitações no âmbito da Administração Pública.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução e de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a ser contados da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite estabelecido nos termos do art. 107, caputs da Lei 14.133/2021.

NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS

O objeto licitado enquadra-se em serviço contínuo por se tratar de serviços auxiliares, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro.

5. DA FORMA DE MEDIÇÃO

A medição dos serviços será mensal, tomando-se como base, sempre o último dia de serviço.

O período para efeito de medição e faturamento deverá seguir conforme tabela abaixo:

Prestação de Serviço	Análise e aprovação da medição	Apresentação de Fatura
1º ao último dia do mês de referência	1º ao 5º dia do mês subsequente	A partir do 6º dia do mês subsequente

As medições serão efetuadas com base nos custos por etapa da planilha de preços, de acordo como a Lei nº17.133/2021 e o Acórdão 1977/2013 do TCU.

Para efeitos de medição a CONTRATADA deverá submeter à análise da CONTRATANTE o BM (Boletim de Medição), memória de cálculo dos serviços constados em BM, no período medido, o qual constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com o serviço e servirá de subsídio para comprovar autoria de trabalhos, garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas, dirimir dúvidas sobre a orientação técnica, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho, conforme Resolução CONFEA nº1.024/2009.

Em nenhuma hipótese o primeiro boletim de medição deverá ser aceito pela CONTRATANTE sem que a CONTRATADA tenha apresentado comprovação de garantia de acordo com o art. 96º da Lei nº 14.133/2021

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÕES FINANCEIRAS E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O pagamento ao licitante vencedor será efetuado contra entrega dos serviços requisitados, devidamente comprovados por medição atestada pela fiscalização da contratante e após medição aprovada.

Deverá ser apresentado a Nota Fiscal contendo a descrição dos materiais, quantidades, quando for o caso, preços unitários e o valor total e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais e o seu aceite pelo servidor designado pelo proponente do edital, ou seja, pagamento parcelado, proporcional à entrega dos serviços;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o proponente do edital por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

O prazo de pagamento não será superior a 30 dias contados a partir da data final do período de entrega do serviço, de cada parcela. E na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

O reajuste somente poderá ser efetivado desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano das datas da apresentação das propostas, de acordo com o disposto nos Artigos 54 a 58 da Instrução Normativa no 05, de 25 de maio de 2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os preços unitários contratados serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da data de apresentação da proposta, com base no IGPM, índice da FGV durante o ano/período de reajustamento.

7.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O descumprimento parcial ou total de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará o Contratado às sanções previstas na Lei 14.133/21, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.2. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 10 (dez) dias corridos, contados da data de sua convocação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por dia de atraso das obrigações cujo cumprimento seja estabelecido em dias ou em períodos a eles correspondentes, até o 30º (trigésimo) dia;
- c) 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado por cada dia subsequente ao 30º (trigésimo);
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato no caso de inexecução total ou parcial do presente contrato, após advertência, além da imposição da declaração de inidoneidade para licita recontratar com esta Prefeitura, estando sujeita a rescisão unilateral do contrato por parte da Contratante se assim julgar viável por vantagem à Administração.

7.3. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de cinco dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou cobrada judicialmente a dívida, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

7.4. As multas previstas nesta cláusula poderão ser cumulativas. As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



7.5. A Administração se reserva no direito de rescindir unilateralmente o contrato após comprovação de atrasos, por parte da CONTRATADA, na execução do serviço/obra, além de aplicar as sanções previstas no presente instrumento, amparado pelo art. 104 da 14.133/21.

8.DAS GARANTIAS

A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato conforme art. 99 Lei nº 14.133/21, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto.

A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total e, ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data em que for notificada pela PMI, mediante correspondência entregue contra recibo.

9. DA LICITAÇÃO E DO PROCEDIMENTO

9.1 DA INVERSÃO DE FASES E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O objeto pretendido trata-se de contratação de empresa para prestação dos serviços de Coleta e Transporte dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, sob o regime de execução indireta mediante empreitada por preço unitário.

É certo que há objetos que se forem licitados levando-se em consideração apenas o critério de preço, não alcançarão o melhor desenvolvimento, portanto, maior vantagem à Administração, eis que dependem de outros fatores, que não exclusivamente econômicos e financeiros para alcançar-se a economicidade e eficiência pretendidas, análise essa que se encontra no campo de discricionariedade e oportunidade da Administração.

Assim, a licitação é uma espécie de procedimento administrativo pelo qual a Administração Pública procura identificar a proposta que melhor lhe atenda e sendo os pleitos variados, os objetos de licitação, portanto, apresentam importância, características, elementos, sagacidades e nuances específicos, que os diferenciam dos demais, necessitando de diferentes maneiras e procedimentos com o propósito de divisar-se a proposta que melhor atenda aos interesses da Administração Pública.

É fato que independente das formulações de contratações do objeto em tela praticado no mercado, não obriga o Gestor Público a seguir o mesmo rito. Há várias licitações através de menor preço que os licitantes no desespero de obter serviços e sagrar-se vencedor da licitação, cometem o mergulho nos preços, disponibilizando péssimos serviços e depois tem dificuldade de cumprir o CONTRATO, além das contendas judiciais, trazendo transtorno a população.

Nesse diapasão, a CONTRATANTE passa a conviver com pedidos de reequilíbrios, atrasos nos serviços e conseqüentemente a falta de qualidade e prejuízo a população que anseia pelos serviços públicos, ficando a Administração com a opção de multar e/ou rescindir o CONTRATO. A consequência é a convocação de remanescentes com preços que apesar de “exequíveis” não gera interesse dos demais e mesmo que se interessem, logo o problema se repete.

Pois tudo depende da capacidade operacional, da técnica de gestão da CONTRATADA, da



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



sua expertise técnica ao longo de sua atuação no mercado e problemas enfrentados, utilização de mão de obra qualificada, equipamentos de tecnologia atualizada e alto rendimento, economia de consumo, sistemas eficazes de gestão operacional dentre outros aspectos.

A contratação que efetivamente permita ao CONTRATADO fazer investimentos melhorando a dinâmica e aprimoramento operacional sem causar transtornos ao CONTRATANTE passa por preço justo que traga a segurança contratual com entrega de resultado.

Entendemos que o legislador ao estabelecer a Política de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos procurou inovar e trazendo inovação na busca de propiciar ao gestor público a condição de ter melhores resultados nas contratações.

Portanto, o estudo busca aplicar um novo conceito na contratação dos serviços hora em pauta, pois entendemos que não se trata somente de um serviço comum de engenharia, trata-se de serviço que deve prestigiar a busca do que há de melhor no mercado, agregando o melhor preço a uma viabilidade técnica. A busca só do menor preço compromete a segurança, eficiência e qualidade, nessa modelagem todos não se preocuparão em disponibilizar para o CONTRATO bom profissionais, qualificado e certificados, equipamentos sofisticados de alta performance e rendimento bem como investimento em tecnologia. É indispensável considerar a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues.

A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da NLLC, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTES CERTAMES.

A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

O sistema de inversão de fases adotado nesse processo traz a condição eficiente e necessária de disputa para apenas os concorrentes aptos a executar o processo da contratação. A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos. Essa adoção de inversão das fases não causa prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação, bem como os valores da contratação são evidenciados por planilhas de composição de custos definidos pela legislação trabalhista, tributária e previdenciária. Ou seja, a administração pública não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução.

Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas. Outra vantagem é a seleção mais



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



criterosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas mais qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais “aventureiros” que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços.

A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para uma definição de preço mais realista e alinhado com as reais demandas e exigências do Poder executivo, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade do serviço.

Quanto ao tipo de licitação, o estudo dar-se-á em relação à “menor preço”.

O Modo de disputa será aberto e fechado.

JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

No certame em preparação será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, desde que atendam às disposições do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 e às demais condições estabelecidas no edital, de modo a ampliar a competitividade e assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos estimula a utilização do consórcio como ferramenta para fortalecer a concorrência. Entretanto, é imprescindível garantir a proteção da Administração, evitando que a união de diversas empresas fragilize a coordenação técnica e gerencial na execução do empreendimento. Por essa razão, entende-se adequado limitar o número de consorciadas a, no máximo, duas (02) empresas. Essa limitação decorre não apenas do elevado valor do objeto, mas também da necessidade de combinar a expertise de empresas especializadas em projetos com aquelas voltadas à execução da obra no regime de contratação integrada.

Sob os aspectos técnico, administrativo e financeiro, tal restrição favorece a clara definição de responsabilidades, proporciona maior segurança na fiscalização contratual e assegura eficiência e economicidade, beneficiando diretamente o interesse público, sobretudo no que se refere à qualidade da obra e ao controle de custos.

Permitir a formação irrestrita de consórcios poderia, ao contrário, reduzir o número de competidores, uma vez que empresas antes rivais poderiam se unir, diminuindo a diversidade de propostas apresentadas e enfraquecendo a concorrência.

Ainda que a constituição de consórcios traga vantagens como a união de capacidade técnica e robustez financeira, a Administração deve preservar uma gestão unificada, evitando fragmentações excessivas que possam dificultar a execução contratual. Ressalte-se que o consórcio não constitui pessoa jurídica única, permanecendo cada integrante com sua individualidade, o que exige cuidados adicionais na fiscalização.

Dessa forma, a limitação imposta não representa redução da competitividade, mas sim mecanismo que reforça o mercado, estimula a concorrência e garante a conjugação de experiências entre empresas, favorecendo também a função social do contrato, com impacto positivo na economia e geração de empregos.

Importa destacar que consórcios demasiadamente numerosos tendem a diluir responsabilidades, aumentar o risco de atrasos e comprometer a qualidade dos serviços prestados, dada a complexidade da coordenação entre diversas empresas e a dificuldade de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



fiscalização.

Assim, a restrição do número de participantes por consórcio a, no máximo, duas (02) integrantes revela-se medida proporcional, equilibrada e compatível com o interesse público.

10. VALORES ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.	Ton	5000,00		
2	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais utilizando-se motocicleta. (DIFÍCIL ACESSO)	EQUIP X MÊS	2,00		
3	Coleta Containerizada de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares, Comerciais e de Varrição	EQUIP X DIA	15,00		
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	2001,00		
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	450,00		
6	Coleta e Transporte de Resíduos Volumosos (PODA / ROÇAGEM)	EQUIP X MÊS	2,00		
7	Lavagem de Feiras Livres	m ²	99334,25		
8	Limpeza Mecanizada de Praias e remoção dos resíduos	EQUIP X MÊS	2,00		
9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	2251,20		
10	Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	2,00		
11	Limpeza de superfícies com hidrojato e desinfetante.	EQUIP X MÊS	1,00		
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	2,00		
13	Fornecimento e Manutenção de Caixas Estacionárias	Und/Mês	8,00		
14	Disponibilização de contenedores fixos com capacidade mínima de 300L	Und/Mês	150,00		
TOTAL MENSAL					
TOTAL MENSAL X 12 MESES					

10.1. Foram utilizadas como referência de preços meramente para planejamento através de Cotações de Mercado. O valor estimado para fins de utilização na contratação, será estimado através de levantamento realizado pelo setor de compras.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



11.DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE

AMBIENTAL

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos provocando o mínimo de interferência ao meio ambiente.

TRABALHISTA

A execução dos serviços vinculados ao contrato, que serão prestados pela CONTRATADA, não transfere para a ADMINISTRAÇÃO nenhuma responsabilidade solidária, subsidiária ou de qualquer natureza quanto a dívidas trabalhistas da CONTRATADA para com seus respectivos funcionários/prestadores de serviços, que venham a surgir ao longo da execução do contrato.

12.DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização e a gestão do Contrato a ser firmado será exercida pela Secretaria Municipal De Serviços Urbanos, através de servidor indicado pela mesma.

12.2. Caso o Responsável pela Executante não esteja presente em locais onde estejam sendo realizados serviços que necessitem de orientações, estas serão dadas pela Fiscalização e acatadas pelo encarregado do serviço presente naquele momento;

12.3. A executante será responsabilizada por quaisquer tipos de danos que vierem a causar durante a execução dos serviços realizados por ela ou por seus agentes, representantes ou empregados, que seja em pessoas físicas, propriedades públicas ou privadas, bem como empregados, nos serviços de utilidade pública, arcando com todos os custos devidos para a retificação dos mesmos;

12.4. A Fiscalização decidirá pelo afastamento de qualquer empregado da Executante, ou seu representante que esteja se comportando de maneira inadequada, seja na execução do seu trabalho ou por atitudes desrespeitosas, ou, ainda por motivos, bastando, para isso encaminhar, à Executante, solicitação por escrito;

12.5. A Fiscalização deverá ter sempre o seu acesso facilitado nos locais onde estejam realizados os serviços.

13.DA REALIZAÇÃO DE VISTA TÉCNICA

13.1 As empresas interessadas em participar desta licitação deverão apresentar declaração de conhecimento das localidades e das condições de execução do objeto licitado, fornecida pela Prefeitura Municipal de Ilhéus, para ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços a serem executadas, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato. Desta forma, não serão aceitas alegações posteriores quanto a situações encontradas durante a execução do serviço, salvo em situações excepcionais alheias a este Termo de Referência e aceita pela fiscalização da obra.

14. HABILITAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



14.1 As empresas licitantes deverão apresentar:

A - QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- VI. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- VII. Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- VIII. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- IX. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- X. Cédula de Identidade do(s) Administrador(es) da empresa.

B - REGULARIDADE FISCAL

- XIII. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- XIV. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, ou Municipal, relativo ao
- XV. domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- XVI. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:
- XVII. As Provas de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do Licitante, terão validade por 06 (seis) meses a partir da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado em Lei ou no próprio documento.
- XXVIII. Certidão Conjunta negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- XIX. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual; Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, por meio da unidade administrativa da sede da LICITANTE;
- XX. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da unidade administrativa da sede da LICITANTE
- XXI. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- XXII. Declaração de não manter menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em seu quadro de empregados, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, observada a legislação trabalhista,
- XXIII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei Federal no 12.440/11
- XXIV. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal, certidões positivas, com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

C - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- X. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo cartório competente, da sede da pessoa jurídica;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- XI. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial exigida no item anterior, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.
- XII. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, ano de referência 2023 e 2024, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- XIII. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a esse limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior.
- XIV. O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.
- XV. O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital", e apresentar também os termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.
- XVI. Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei n.º 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial.
- XVII. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura.
- XVIII. Declaração datada e assinada pelo representante legal e contador da empresa, demonstrando a boa situação financeira da empresa, comprovada pelo atendimento dos seguintes índices financeiros.

D- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- XXI. Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Profissional Competente, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação.
- XXII. Termo de compromisso dos membros da equipe técnica de que irão efetivamente fazer parte do quadro da empresa na execução dos serviços no caso de homologação do objeto do referido certame.
- XXIII. Declaração de que a licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos que mantém com os membros da equipe técnica no caso de ser vencedora da licitação.
- XXIV. Quando da assinatura do contrato, o vínculo poderá ser comprovado através de uma das seguintes alternativas:
 - a. Cópia da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
 - b. Contrato Social da empresa;
 - c. Ficha de empregado atualizada;
 - d. Cópia de contrato de prestação de serviços;
 - e. Outra forma de comprovação, desde que devidamente prevista pela



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



legislação vigente.

XXV. Qualificação técnica profissional:

- d) Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s), tenha(m) prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação.
- e) A referida comprovação dar-se-á através da apresentação de atestados emitidos em nome do(s) profissional(is), dentro das atribuições inerentes ao objeto deste Edital, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificados pelo Conselho Profissional Competente.
- f) Para a aferição da qualificação técnico profissional, serão considerados como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo os seguintes quesitos previstos na Planilha do Orçamento:

ATESTAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
		E	
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.	Ton /Mês	2500,00
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	1000,00
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	225,00
6	Lavagem de Feiras Livres	m ²	49667,13
9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	1.125,00
10	Varrição Mecanizada de vias publicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	1,00
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	1,00

XXVI. Qualificação técnica operacional:

- d) Comprovação da licitante ter prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação.
- e) A referida comprovação dar-se-á através da apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem aptidão da licitante para o desempenho das atividades compatíveis e pertinentes em características e quantidades com o objeto da licitação, limitadas às parcelas/quantitativos de maior relevância e valor significativo.
- f) Para a aferição da qualificação técnico operacional, serão considerados como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo os seguintes quesitos previstos Planilha Orçamentaria Estimativa anexa ao edital:

ATESTAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva	Ton /Mês	2500,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



	guarnição.		
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	1000,00
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	225,00
6	Lavagem de Feiras Livres	m ²	49667,13
9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	1.125,00
10	Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	1,00
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	1,00

XXVII. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- e) Nome do contratado e do contratante;
- f) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- g) Localização do serviço (cidade);
- h) Serviços executados (discriminação e quantidades).

XXVIII. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Secretaria Gestora responsáveis pelo contrato.

XXIX. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da prestação de serviço (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação:

- d) Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
- e) Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa - FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
- f) Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

XXX. A não apresentação de documentação comprobatória prevista no parágrafo anterior não importará na inabilitação sumária da Interessada, mas a sujeitará à diligência documental pela Secretaria Gestora responsável pelo contrato. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a Interessada será considerada inabilitada para o certame.

XXXI. Nos atestados de serviços executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos exigidos, os serviços executados pela Interessada que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- XXXII. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da Interessada na composição inicial do consórcio.
- XXXIII. No caso de atestados que apresentarem unidades de serviços executados diferente das exigidas neste termo, as conversões obedecerão aos critérios de produtividade usualmente praticados no mercado;
- XXXIV. Declaração formal emitida pela Interessada, informando que os equipamentos necessários para execução dos serviços, deste Termo de Referência, estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Estes equipamentos estarão sujeitos a vistoria “in loco” pela Secretaria Municipal Gestora do Contrato, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- XXXV. Declaração, datada e assinada pelo representante legal da empresa, informando que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas com o objeto licitado, tais como, acesso, transporte, preços, condições do local e disponibilidade de material e mão de obra, e que esclareceu todas as dúvidas sobre o objeto da licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e plenamente capacitada para elaboração da proposta.
- XXXVI. Declaração de idoneidade, datada e assinada pelo representante legal da empresa, informando que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da administração pública, bem como não possui qualquer outro fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- XXXVII. Indicação da equipe técnica mínima responsável pela execução dos serviços, contendo, no mínimo 01 (um) engenheiro civil ou sanitarista e 01 (um) administrador, com autorização expressa do mesmo para inclusão do seu nome na equipe técnica da execução do objeto da licitação.
- XXXVIII. Poderão participar empresas reunidas em consórcio, limitada a 02 (duas) consorciadas participantes.
- XXXIX. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio.
- XL. As 02 (duas) empresas consorciadas deverão comprovar que possuem qualificação técnica suficiente para atendimento da integralidade do quantitativo solicitado nas parcelas de maior relevância, em pelo menos 03 (três) parcelas.

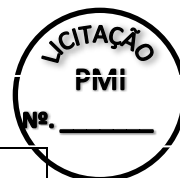
15. DA METODOLOGIA EXECUTIVA DE OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para fins de qualificação técnica, as empresas LICITANTES deverão apresentar o PLANO DE TRABALHO, que deve conter a descrição clara e inequívoca de todos os Métodos e Técnicas que serão adotados na execução de cada grupo de serviços (conforme especificado a seguir), com o detalhamento das etapas a serem desenvolvidas, definindo em que consistem, como serão realizadas, inclusive com o dimensionamento dos recursos humanos, equipamentos e insumos a serem empregados, rotinas para conservação, bem como protocolos para procedimentos emergenciais.

Quadro VIII – Grupo de serviços a serem contemplados no Plano de Trabalho



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



ITEM	GRUPO DE SERVIÇOS
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.
2	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais utilizando-se motocicleta. (DIFÍCIL ACESSO)
3	Lavagem de Feiras Livres
4	Limpeza Mecanizada de Praias e remoção dos resíduos
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.
6	Disponibilização de contenedores fixos com capacidade mínima de 3,00 m ³
7	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos
8	Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.
9	Coleta e Transporte de Resíduos Volumosos (RCC / PODA / ROÇAGEM)
11	Limpeza de superfícies com hidro jato e desinfetante.
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)

O PLANO DE TRABALHO deverá ser apresentado, formato em formato digital, em língua portuguesa, em linguagem clara, sem rasuras ou entrelinhas devidamente assinado na carta de apresentação e na última página e rubricada nas demais, por quem de direito.

Na elaboração do PLANO DE TRABALHO a LICITANTE poderá fazer uso de imagens, ilustrações, esquemas, mapas, dentre outros que favoreçam o entendimento acerca dos conteúdos apresentados.

O PLANO DE TRABALHO a ser entregue pela LICITANTE deverá obrigatoriamente conter os seguintes tópicos e na seguinte ordem:

- I. Contextualização da situação atual considerando as especificidades, elencando as principais características, desafios e dificuldades enfrentadas, com demonstração clara de conhecimento dos problemas da cidade, no tocante ao objeto deste certame.
- II. Métodos e técnicas a serem empregados considerando-se as especificidades do município, incluindo rotinas operacionais, procedimentos de segurança, recursos humanos, equipamentos e insumos necessários.
- III. Para os itens 01 e 02 (Coleta de Resíduos):
 - a) Dimensionamento com memorial de cálculo e especificação dos equipamentos e da mão de obra.
 - b) Mapas do Plano de Coleta a ser implementado no início dos serviços.
 - c) Mapa da distribuição espacial dos setores de coleta na área do município na escala 1:300.000, com legenda indicando os períodos e frequências dos setores propostos.
 - d) Mapas individualizados dos setores de coleta da área urbana na escala de 1:10.000, indicando através de cores e respectivas legendas, os períodos, frequências, programação semanal e identificação de cada setor.
 - e) Relação de vias trecho a trecho a serem atendidas dentro de cada setor de atuação, e as devidas extensões com a programação semanal, e horário de início dos serviços. 1.5. Quadro resumo contendo o total das extensões (km), por cada veículo coletor em seus respectivos períodos. Definição: Considerar como extensão produtiva, a quilometragem percorrida por cada veículo coletor para o devido atendimento de cada setor em quantas viagens forem necessárias. Considerar como extensão improdutiva, a quilometragem total percorrida pelo veículo coletor para seu deslocamento e transporte do local previamente estimado da garagem até o início da coleta do setor, término da coleta do setor até a destinação final e retorno ao setor de coleta para quantas viagens forem necessárias,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



retorno a destinação final, descarga e deslocamento até a garagem finalizando a jornada de trabalho do período.

- IV. Para os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 (Serviços de Limpeza Urbana):
- a) Dimensionamento com memorial de cálculo e especificação dos equipamentos e da mão de obra
 - b) Dimensionamento dos veículos e equipamentos e pessoal que serão alocados ao serviço, contemplando quantitativamente os tipos de veículos e equipamentos propostos para a perfeita condução dos serviços nas áreas a serem atendidas pelo objeto deste estudo, respeitando suas particularidades e, alternativamente, proposta de veículos operacionais para redução de emissão de gases poluentes.
 - c) Especificamente para os itens 07 e 08, Mapa Geral dos Setores – apresentação global dos setores de varrição, frequências, dias da semana e turnos, no mesmo mapa, contendo a apresentação individualizada dos setores e itinerários por sarjeta, respectivos dias de execução dos serviços, organizado por áreas de abrangência, frequências, turnos de operação e execução dos serviços, na escala de 1:10.000.
- V. Plano de engenharia de segurança e medicina do trabalho observando-se as normas constantes Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77 e NR's 01, 05, 06, 07, 09 e 15, aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/78
- VI. Programa de Segurança e Prevenção de Acidentes do Trabalho.
- VII. Plano de manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos.
- VIII. Descrição da infraestrutura organizacional a ser implantada de forma a atender adequadamente as solicitações de gerenciamento do contrato, com indicação da área operacional e administrativa.
- IX. Indicação das instalações adequadas e necessárias para a execução dos serviços, com apresentação de "lay-out" das instalações, com área total e disposição das unidades de apoio

O PLANO DE TRABALHO proposto pelas LICITANTES será avaliado pela equipe técnica da secretaria demandante, observância aos princípios do julgamento objetivo, segundo a clareza, a objetividade, a coerência e a compatibilidade com a realidade da Manutenção e Conservação da Infraestrutura urbana de Ilhéus, bem como em consonância com as Normas Técnicas e Jurídicas que regulamentam os serviços licitados, de acordo com as Notas Classificatórias, conforme Quadro a seguir:

Quadro IX – Notas Classificatórias Para Avaliação dos Planos de Trabalho.

NOTAS	AValiação
>= 80 (maior ou igual a oitenta)	Atendido
<80 (menor que oitenta)	Não Atendido

As notas serão atribuídas com base nos seguintes critérios:

○ NÃO ATENDIDO

Caso o PLANO DE TRABALHO apresentado pela LICITANTE:

- Não contenha qualquer um dos tópicos ou subtópicos estabelecidos como obrigatórios;
- Que seja proposto qualquer procedimento, método ou solução técnica em desacordo com os requisitos do Estudo Técnico Preliminar Termo de Referência, normas da ABNT, Legislação trabalhista e demais pertinentes;
- Cujo conteúdo contenha abordagem equivocada, inapropriada ou sem qualquer relevância sob o aspecto técnico, no tocante aos serviços e procedimentos a serem realizados;
- Cujo o texto se apresente ilegível ou contenha imagens, gráficos, ilustrações, esquemas ou quaisquer outros elementos de difícil visualização.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

- Seja apresentado em ordem divergente daquela indicada no item 6.5.1;
- Contenha lacunas na fundamentação teórica adotada que sustente parcialmente os procedimentos, métodos, técnicas ou soluções a serem empregados na execução dos serviços;
- Sejam indicados procedimentos, métodos, técnicas ou soluções que não contemplem plenamente a execução dos serviços;
- Quando os procedimentos, métodos, técnicas ou soluções indicadas deixarem de considerar em parte, qualquer variável incluída no contexto da prestação do serviço;
- Quando os procedimentos, métodos, técnicas ou soluções indicadas, mesmo atendendo à solicitação Editalícia, tenham a probabilidade remota de gerar problemas de ordem legal ou técnica para o Município.

○ **ATENDIDO**

Caso o PLANO DE TRABALHO apresentado pela LICITANTE:

- Contemple plenamente o conteúdo requerido em cada um dos itens e subitens, conforme requerido no Edital.
- Contenha fundamentação teórica que sustente plenamente os procedimentos, métodos, técnicas ou soluções a serem empregados na execução dos serviços;
- Sejam indicados procedimentos, métodos, técnicas ou soluções que atendam plenamente a execução dos serviços;
- Quando os procedimentos, métodos, técnicas ou soluções indicadas contemplarem todas as variáveis incluídas no contexto da prestação do serviço.

A Nota Classificatória Total do PLANO DE MANUTENÇÃO para o LOTE em disputa, será calculada pela soma dos produtos das Notas a ela atribuídas pelos pesos indicados no quadro abaixo.

Quadro X – Pontuação Máxima de Cada Item/Subitem Para Avaliação dos Planos de Manutenção.

ITEM/SUBITEM	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I	10
II	5
III.a	5
III.b	5
III.c	5
III.d	10
III.e	10
IV.a	5
IV.b	5
IV.c	15
V	5
VI	5
VII	5
VIII	5
IX	5
NOTA TOTAL DO PLANO DE TRABALHO	100

Serão considerados inaceitáveis os PLANO DE TRABALHO que:

- Não atingirem 80 (oitenta) pontos na Nota Total do Plano de Trabalho – NTPT, correspondente a 80% (oitenta por cento) do total de pontos previstos.
- A obtenção de nota zero em qualquer subitem implica na desclassificação da LICITANTE.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



16.1 Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a autorização prévia do contratante

17.DAS RESPONSABILIDADES

17.1. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA A SER CONTRATADA.

17.1.1 Acatar as normas e diretrizes estabelecidas pela Administração, para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

17.1.2 Manter, durante a execução do contrato a ser firmado, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.1.3 Sujeitar-se à fiscalização da Administração, no tocante à prestação dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer;

17.1.4 Apresentar ao Fiscal do contrato, no início da execução dos serviços, quadro nominativo de todo o contingente de funcionários destinados aos serviços, o qual deverá às exigências contratuais;

17.1.5 A mão de obra utilizada pela Executante deverá estar habilitada e possuir experiência comprovada para executar os serviços que lhe forem confiados;

17.1.6 A executante deverá providenciar fardamento adequado para os seus funcionários, bem como todo o material de segurança necessário para os mesmos, durante a execução dos serviços;

17.1.7 Responsabilizar-se pela aquisição e utilização de todas as ferramentas e insumos necessários para a conclusão do objeto deste Termo de Referência;

17.1.8 Todos os materiais e equipamentos a serem empregados na execução dos serviços, deverão ter a qualidade exigida nestas especificações e de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;

17.2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FUTURA CONTRATANTE

17.2.1 Proporcionar todas as facilidades previstas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência;

17.2.2 Fiscalizar, por meio de um fiscal titular e um substituto, a fiel observância das disposições do contrato a ser firmado, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes e encaminhando cópia à empresa a ser contratada, para a correção das irregularidades apontadas, sendo permitida a participação de terceiros para prestar assistência ou informações julgadas pertinentes;

17.2.3 Responder pelas consequências de suas ações e omissões;

17.2.4 Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes deste Termo de Referência;

17.2.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante legal da empresa a ser contratada junto à Administração;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



17.2.6 Notificar, por escrito, a empresa a ser contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.DESCRICÃO DOS SERVIÇOS

18.1. Os serviços serão realizados nos locais indicados pela Fiscalização. Para isso, a Executante deverá estar apta a atuar em variadas frentes de serviço simultaneamente e em locais distintos.

18.2. Os serviços deverão ser iniciados após o recebimento, pela Executante, de Ordem de serviço emitida por escrito pela Fiscalização.

19.DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS SERVIÇOS

19.1 Definições dos serviços:

19.1.1 - Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares:

A coleta domiciliar corresponde aos serviços de recolhimento e transporte do lixo gerado pelos domicílios, desde que acondicionados em recipientes apropriados (sacos plásticos).

A coleta domiciliar deverá recolher os seguintes tipos de resíduos, dentro das limitações citadas: resíduos domiciliares e materiais de varredura domiciliar; limpeza de feiras e mercados; resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, até 100 (cem) litros; entulho, terra e sobras de materiais de construção que não possuam mais de 50 (cinquenta) quilos por volume, devidamente acondicionados; restos de móveis, colchões, utensílios, mudança ou similares, em pedaços que fiquem contidos em recipientes de até (cem) litros.

A Executante não deverá considerar em sua Coleta Domiciliar os seguintes tipos de resíduos: animais mortos de pequeno e médio porte; entulho de materiais de construção com volume superior a 100 litros, restos de móveis, de mudança, de colchões e outros similares com volume superior a 100 litros, podas de árvore, resíduos líquidos de qualquer natureza; lotes de mercadorias e medicamentos; resíduos provenientes dos estabelecimentos industriais e comerciais com volume superior a 100 litros.

19.1.2. Acondicionamento

Os resíduos sólidos domiciliares, feiras e mercados públicos destinados à coleta regular serão obrigatoriamente acondicionados à coleta em sacos plásticos, outras embalagens descartáveis, permitidas e/ou conectores padronizados, observando-se as normas técnicas específicas.

Os sacos plásticos deverão ter a capacidade máxima de cem litros e mínima de vinte litros, de acordo com as Normas Técnicas ABNT.

1.1.2. . Locais de coleta

A coleta domiciliar deverá ser executada porta a porta em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida.

Em áreas de conglomerados urbanos, desprovidos de ruas de acesso, a coleta deverá ser



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



feita por pessoal da Executante, em pontos estabelecidos com os moradores e a Fiscalização.

A otimização dos serviços de Coleta Domiciliar será adotada pela Executante, de acordo com sua experiência neste tipo de serviço. Para isto a Executante deverá providenciar um planejamento para a realização dos serviços.

1.1.3. . Horário de Coleta:

Não poderá haver intervalo superior a 48 (quarenta e oito) horas entre duas coletas. No caso de se executar os serviços de coleta em feriados e pontos facultativos, não implicarão em custo adicional à Contratante, pois caberá à Executante preverem em seus custos tal ônus.

Em trechos mais congestionados, que serão definidos pela Fiscalização, deverá ser obrigatória a coleta noturna, para evitar a obstrução das vias pelos caminhões coletores. Nas demais áreas as coletas poderão ser diurnas.

1.1.4. . Destinação Final

Os resíduos coletados serão depositados no Aterro Sanitário do Município, localizado na Rodovia Ilhéus-Itabuna, distante 32.3 km do perímetro urbano.

1.1.5. . Pessoal

Para a coleta domiciliar, a Executante atribuirá uma equipe mínima composta de 01 (um) motorista e 03 (três) garis coletores por veículo coletor compactador/turno, totalizando 08 equipes por turno. Ao motorista cabe a função de responsabilizar solidariamente pela equipe, por atitudes condenáveis de qualquer membro do grupo na realização dos serviços e/ou no relacionamento com a população durante o serviço.

O motorista também terá a responsabilidade de obedecer aos roteiros e honorários pré-estabelecidos no planejamento, bem como relatar explicitamente a seus superiores hierárquicos as dificuldades encontradas durante a realização dos serviços, no máximo no final de cada jornada de trabalho. Essas dificuldades deverão ser repassadas imediatamente pela Executante à Fiscalização, para que sejam equacionadas.

O preenchimento de todos os formulários padronizados, inerentes à coleta apropriadamente dita será executado pelo motorista e serão entregues todos os dias, até no máximo as 18 (dezoito) horas do dia seguinte, cópias dos relatórios do dia anterior devidamente preenchidos e assinados. Nestes relatórios deverão estar processados todos os roteiros percorridos nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos e as observações ocorridas durante a jornada, se houver.

Os componentes das equipes de coleta deverão usar permanentemente durante o horário de trabalho, uniformes padronizados completos e equipamentos de proteção individual necessários para o perfeito desempenho das atividades específicas.

1.1.6. . Proteção Individual

Luvas de raspa;
Calçado de segurança bi-densidade;
Camisa masculina sem mangas;
Calça masculina;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Capa contra chuva.

1.1.7. Equipamentos:

Para a realização dos serviços de Coleta Domiciliar será utilizado o Caminhão equipado com coletor compactador, com capacidade de 15m³. Nos pontos inacessíveis, como ruas estreitas, deverá ser utilizado motocicleta, adaptada para coleta de resíduos sólidos.

Também deverão ser instalados em pontos estratégicos e recolhidos pelos caminhões de coleta 150 (cento e cinquenta) contenedores (contentor) em chapa de metal. O recolhimento desses recipientes deverá ser efetuado através de elevador hidráulico instalado no caminhão coletor compactador.

Os veículos compactadores, no início do contrato, deverão estar em bom estado de conservação e em perfeitas condições de uso.

Os veículos e equipamentos deverão atender aos limites de controle ambiental quanto à poluição atmosférica (em especial a emissão de fumaça negra) e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis, sob pena de a Executora ter de substituí-los.

Os equipamentos utilizados nos serviços deverão apresentar uma pintura padronizada e prescrita pela Prefeitura Municipal. Este padrão será fornecido à Executante pela Fiscalização e deverá conter o emblema da Prefeitura Municipal de Ilhéus e a seguinte observação: "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS".

Todos os veículos deverão possuir um sistema de rádio, permitindo assim imediata comunicação com a empresa.

1.1.8. Especificações Técnicas dos Veículos:

Coletor com dois eixos, tipo toco, equipado com coletor compactador de lixo, com no mínimo 250CV, redução no eixo traseiro, cabine frontal chassi mínimo de 3,90m entre eixos.

Alguns locais existentes na cidade de Ilhéus não oferecem condições de acesso por caminhão compactador na execução de sua limpeza por se situarem em trechos de difícil acesso, também apresentado dificuldades de realização da atividade manualmente. Em função das suas dimensões, a motocicleta adaptada é colocada à disposição para realização das atividades.

Motocicleta (motolixo), mínimo de 125 cilindradas, com carroceria em metal, adaptável para suportar mínimo de 250 kg de resíduos sólidos.

A empresa deverá disponibiliza quantitativo necessários para boa execução dos serviços indicados, sendo que, no mínimo, serão utilizados 8 (oito) caminhões compactadores e 1 (uma) motocicleta adaptada.

Carregamento traseiro; caixa de chorume 150 litros; caixa de carga com capacidade volumétrica mínima de 15 metros cúbicos; compartimento de carga traseiro com capacidade volumétrica de 1,85m cúbicos; sistema de compactação através de 02 (duas) placas (compactadora e transportadora) acionadas por 02 (dois) cilindros internos em cada uma, de dupla ação com hastes comadas; dispositivo para carregamento de contenedores; comando hidráulico traseiro com destravamento automático para acionamento das mesmas.

Com ano de fabricação a partir de 2022;

Utilização: coleta de resíduo sólido domiciliar;

1.1.9. HORÁRIO DA COLETA

Nos períodos de grande fluxo, com anuência do município, os resíduos sólidos comerciais gerados nos bares, restaurantes e estabelecimentos similares na sede do município ou que tenham funcionamento regular aos sábados após 24 horas ou aos domingos durante o dia, serão coletados também aos domingos em itinerários específicos.

A coleta diurna será prioritariamente realizada em bairros predominantemente residenciais e



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



com baixa intensidade de tráfego de veículos. A coleta noturna será empregada em bairros com significativa atividade de comércio e de prestadores de serviços, onde geralmente o tráfego de veículos é de média ou alta intensidade.

1.1.10. ROTEIRO DE COLETA PROPOSTOS E CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DOS SERVIÇOS

As licitantes deverão apresentar sua proposta de roteiro de coleta na Metodologia.

19.2. Outros Cuidados:

Os resíduos caídos nas vias públicas durante a coleta deverão ser varridos e recolhidos. O compartimento de carga deverá ser carregado de maneira que o lixo não possa transbordar, de qualquer forma para via pública.

Na realização de serviços de Coleta Domiciliar, será adotado caminhão com carroceria especial do tipo compactador, com capacidade adequada ao chassi, fechada para evitar o despejo de lixo nas vias públicas, com descarga automática e sem necessidade de mão de obras para seu esvaziamento. Eles serão dotados de suporte para pá e vassoura, que constituem equipamentos obrigatórios.

19.3. Coleta Manual

Na coleta e manutenção em locais de difícil acesso, tais como: becos, escadarias, locais íngremes e ruas não trafegáveis por veículo regular de coleta, a mão de obra deverá estar dimensionada de forma a atender aos horários de coleta dos caminhões compactadores, desta forma devendo garantir a cobertura total das áreas inacessíveis aos veículos coletores.

19.4. Parâmetros Gerais para Equipe de Coleta

44 horas/semana;

01 vassourão por gari (vida útil - 01 meses);

01 Pá por gari (vida útil = 03 meses);

Uniforme - camisa, calça e boné (vida útil = 03 meses);

01 par de botinas de segurança com certificado de autorização do Ministério do Trabalho por gari (vida útil = 03 meses);

Luva apropriada (vida útil = 4 par/30 dias);

01 colete refletivo/gari (vida útil = 06 meses);

01 capa de chuva (vida útil = 06 meses).

19.5 - LIMPEZA DE PRAIAS

O serviço consiste na limpeza da superfície de areia e da aeração mecanizada, através do revolvimento da faixa de areia para remoção de resíduos enterrados na camada inferior. O emprego de equipamentos mecanizados para a limpeza das praias dependerá das características dos acessos, bem como, do movimento das marés nos trechos de praias a serem limpas. Fatos como a vegetação e materiais orgânicos oriundos do mar, continuamente, invadindo as áreas de banho e turismo, o assoreamento contínuo dos mesmos pela ação das massas de água e resíduos lançados pela população (principalmente inertes) são fatores que geram a limpeza constante das praias. As correntes marítimas têm influenciado a ocorrência de depósitos de resíduos fruto do deslocamento dos mesmos das localidades próximas. Tal limpeza tem o caráter preventivo e corretivo quando existe incidência de descartes vindo pela maré.

REQUISITOS MÍNIMOS DO VEÍCULO: Para a limpeza mecanizada, deverá ser utilizado um trator agrícola equipado com limpadora reboque mecanizada. O trator deverá possuir, no mínimo, 80 CV de potência, tração 4x4 e peso com lastro de 4.510 kg.

O veículo supramencionado para uso operacional deverá estar em bom estado de conservação, ano de fabricação não inferior a 2022. Tal veículo poderá ser utilizados até o



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



máximo de 08 (oito) anos de uso neste serviço.

A CONTRATANTE poderá determinar o aumento do número de equipes operacionais, caso haja aumento na produção dos resíduos a recolher, sem alterações dos preços unitários. Os resíduos aqui coletados serão descartados em local determinado pela Fiscalização.

O serviço será executado no período diurno, de segunda a sábado, podendo ocorrer sua execução eventual aos domingos somente quando solicitada.

Tal serviço tem característica própria e deverá ser continuamente acompanhado por um Fiscal, levantando as áreas com maior demanda de serviço e adequando/fiscalizando a equipe em função das variações locais e realizando as contagens das viagens realizadas.

A limpeza mecanizada de praias com remoção de material deve ser realizada exclusivamente mediante a emissão de uma ordem de serviço específica, emitida pela Contratante. Os desembolsos relacionados às atividades ocorrerão exclusivamente por campanhas promovidas e devidamente autorizadas para esse fim.

As equipes de limpeza de praias deverão dispor, necessariamente, de garfos retos e curvos, vassouras de aço, pás de concha, ancinhos, padiolas e sacos de lixo 200 litros.

19.6 - CONTÊINERES FIXOS - CAPACIDADE MÍNIMA DE 3,0M3

A - Descrição

Contêiner fixo com capacidade mínima para 3,0 m3, fabricado em chapa de metal, resistente à ação de raios ultravioleta.

B - Finalidade

Acondicionamento de resíduos domiciliares e públicos.

C - Características a serem atendidas

C.1 - Cobertura

Cobertura constituída em espessura uniforme de 5 mm no mínimo, abrangendo totalmente a abertura (boca do recipiente).

C.2 - Recipiente

De forma cilíndrica, com espessura uniforme de 10 mm no mínimo, com capacidade volumétrica útil de 3,0 m3, devendo ser totalmente estanque e sua parte interna não poderá apresentar quaisquer reentrâncias que retenham lixo no interior do contêiner.

C.3 - Saco de elevação

Fabricado em polipropileno reforçado, tem como função suportar o peso dos resíduos depositados no interior do contêiner. Deve possuir 4 alças para içamento presas a uma estrutura metálica circular. Deve possuir no fundo um sistema de abertura operada por um cabo, para descarga do saco descartável.

C.4 - Saco descartável

Fabricado em polietileno de baixa densidade, tem como função evitar o vazamento de líquido no fundo do recipiente e armazenar a carga, evitando o espalhamento dos detritos durante o trajeto.

D - Disposições Gerais

D.1 - Garantia

A garantia do contenedor deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contra defeitos de fabricação.

D.2 - Entrega

Os contenedores deverão ser entregues montados, prontos para a operação nos locais a serem determinados pela PMI.

D.3 Os contenedores serão inspecionados e testados pelo corpo técnico da PMI.

Qualquer detalhe que venha a contratar as especificações técnicas será motivo para a sua não aceitação.

2) Critério de Medição

6.1 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos domiciliares. Comerciais com caminhão coletor compactador. Será medido em tonelada (Ton.) por mês.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



6.2 - Limpeza de Praias

Será medido em EQUIPE X mês

6.3 - Fornecimento de Contenedores Fixos com Capacidade de 3m³ será medido em Unidade (Und) por mês

19.7 VARRIÇÃO MECANIZADA

Define-se como varrição a operação de varredura de todos os resíduos existentes. A varrição será executada de forma mecanizada, com o auxílio equipamentos, de forma a manter a cidade limpa, livre de sujeiras e objetos nas vias e logradouros

Para execução dos serviços, o sistema de varrição deverá ser estruturado de forma eficiente, não considerando apenas a quantidade de equipamentos e tecnologias, mas a qualidade do serviço.

A frequência estabelecida deverá ser rigorosamente cumprida, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

Para a varrição mecanizada será necessário veículo PBT mínimo de 14 toneladas equipado com

varredeira mecânica dotada de sistema de sucção e com capacidade mínima de reservatório de

armazenagem de 6,0 m³.

A varrição mecanizada será executada em vias principais e avenidas que possuam canteiro central. A frequência será de acordo com a especificação técnica e deverá ser realizada preferencialmente no período

19.8 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VOLUMOSOS

A equipe que realizará a coleta será composta de coletores, motorista e equipamentos como caminhão de carroceria, caminhão basculante e retroescavadeira hidráulica.

Os serviços a serem executados compreendem a remoção de resíduos volumosos sem utilidade para o munícipe-usuário, e ainda não passível de remoção pela coleta de lixo regular, em razão de suas dimensões excessivas, como: móveis, utensílios inutilizados, limpeza interna de jardins, etc. de acordo com a legislação municipal. Tal serviço visa diminuir os problemas com entulhos e materiais inseridos e descartados em locais indevidos, tornando a cidade mais limpa e agradável.

Os locais da coleta, serão designados pela Prefeitura e divulgados para os munícipes pela CONTRATADA, através de calendário informativo anual e outro meio de comunicação, a critério da Prefeitura.

A disposição final dos resíduos será no aterro sanitário ou destinação em local devidamente licenciado.

19.16 Limpeza de superfície com jato de alta pressão. (m²)

A contratada deve fornecer o equipamento (incluindo mão de obra e combustível), com características compatíveis com as demandas.

Equipamento hidrojato de alta pressão com mangote de 8"/reciclador de água no próprio equipamento com no máximo 8 (oito) anos de fabricação ou mais recente, montado em chassi de caminhão trucoado com no máximo 8 (oito) anos de fabricação ou mais recente, apresentando as seguintes características:

- a) Capacidade do tanque d'água de no mínimo 5m³ (cinco metros cúbicos).
- b) Bomba de alta pressão com capacidade mínima de 220 litros/minuto - 150 BAR.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



c) Mangueira principal de alta pressão, rotação hidráulica, com no mínimo 120 (cento e vinte) metros de comprimento e diâmetro de 1" (uma polegada).

d) Mangueira secundária de alta pressão dotada de junta de rotação, com no mínimo 60 (sessenta) metros de comprimento e diâmetro de 1/2" (meia polegada).

19.7 A varrição manual de vias e logradouros públicos se constitui na operação manual de recolhimento e remoção de materiais dispostos ao longo destas estruturas viárias, depositados pela ação das chuvas, dos ventos e outras causas naturais ou pela ação das atividades humanas, como tráfego de veículos e do homem, excetuando-se areias e terras, pois a abrasividade destes resíduos é incompatível com o tipo de equipamento a ser utilizado na coleta.

Executada por equipe individual, composta de 01 (um) agente de limpeza (varredor) isolado, que se alterna na atividade de varrer e na condução e carga do carrinho de varrição. A varrição se desenvolve ao longo das duas sarjetas das vias e logradouros e em seu entorno, numa largura de 0,50 a 1,20m, fazendo-se pequenos monturos do material arrastado pelo Vassourão 28 furos, que serão depositados em sacos plásticos e dispostos em pontos de confinamento da varrição para posterior remoção.

Para o dimensionamento dos serviços, deverá ser adotado o indicador médio de produtividade de 2.700 m de guias ou sarjetas por agente de limpeza (varredor), por dia. Nas vias de grande concentração de comércio ou grande circulação de pedestre, poderá ocorrer repasse.

Os varredores trabalharão sempre individualmente e a jornada de trabalho deverá ser de Segunda a Sexta, no regime de 08 (oito) horas por dia, aos sábados, de 04 (quatro) horas diárias. Aos Domingos haverá plantão nas principais avenidas e nos locais que conhecidamente possuem movimento de transeuntes, deixando as vias com a necessidade do serviço, deverá ser disponibilizadas equipes operacionais composta por 01 (um) fiscal, 01 (um) motorista e 10 (dez) agentes de limpeza (varredor). As papeleiras deverão ser esvaziadas, assim como também aos domingos, nas vias onde ocorrerem os serviços.

As equipes serão compostas por 01 (um) Fiscal para cada 10 (dez) agentes de limpeza (varredor).

Haverá um encarregado geral dos serviços de varrição, que será responsável pelo acompanhamento de todo o sistema de varrição manual e mecanizada.

Em todos os itens, a empresa licitante fornecerá todos os insumos necessários para a completa execução dos serviços, incluindo insumos, equipamentos, veículos que estarão disponíveis para a guarnição, estrutura operacional, mão de obra direta e indireta e materiais de consumo.

Na metodologia de execução a ser apresentada deverá constar a especificação do tipo e a quantificação dos fardamentos, EPI's e EPC's que estarão disponíveis para a guarnição. Estes deverão atender as características dos serviços a serem realizados, principalmente, ao que compete aos resíduos que serão coletados.

20. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

a) Instalações de Administração Local

A Contratada deverá dispor de local na cidade de Ilhéus onde concentrará todas as atividades de controle administrativo e operacional com instalações específicas para:

Setor administrativo

Setor de controle de operação

Setor de almoxarifado

Setor de manutenção

Vestiário e refeitório

Garagem

Mão-de-obra direta

Deverá ser considerado como exigência mínima para as perfeitas realizações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



administrativas e controles operacionais, por parte da contratada, o seguinte quadro de funcionários:

01 Gerente Administrativo responsável

01 Auxiliar Administrativo

01 Lavador

02 Porteiros

02 Vigias

01 Mecânico

01 Veículo

01 Instalação Física

Veículos

Os veículos referidos no Termo de Referência, só serão aceitos após vistoriados pela Administração.

21. EQUIPES

A empresa vencedora deverá disponibilizar, durante todo o período do contrato, equipes e profissionais e equipamentos para execução dos serviços, conforme quadros a seguir:

Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.

Insumo	Qtd
Caminhão compactador com capacidade mínima de 15m ³ de lixo compactado, com no Máximo 01 ano de uso, com sistema de rastreamento por GPS	8
Veículo tipo pick-up para apoio operacional	1
Veículo para transporte de cinco passageiros para fiscalização interna Operacional	1
Supervisor de Coleta	2
Motorista	10
Agentes de Limpeza (coletor)	32
Sistema de comunicação (rádio)	10

Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais utilizando-se motocicleta. (DIFÍCIL ACESSO)

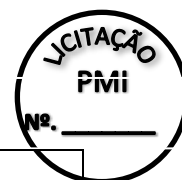
Insumo	Qtd
Agentes de Limpeza Motorizado (Coletor)	2
Motocicleta Triclo com cesto/ gaiola para coleta	2
Sistema de comunicação (rádio)	2

Lavagem de Feiras Livres

Insumo	Qtd
Cabo de Turma	2
Agente de Limpeza	20
Motorista	1
Sistema de comunicação (rádio)	3
Caminhão equipado com tanque pipa, com capacidade mínima de 10m ³	1



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Produtos químicos para a lavagem e desinfecção (desodorizante com grau de diluição de 1:20 - 200 litros / sabão líquido com grau de diluição de 1:50 - 150 litros)	350
Micro-ônibus	1
Veículo tipo motocicleta	2
Sacos plásticos	5.000/mês

Limpeza Mecanizada de Praias e remoção dos resíduos

Insumo	Qtd
Operador de Maquina	2
Agentes de Limpeza (Coletor)	4
Trator agrícola equipado com implmento limpadora reboque mecanizada.	2
Sistema de comunicação (rádio)	2

Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m3 para os resíduos das feiras livres.

Insumo	Qtd
Motorista	1
Agente de Limpeza	3
Caixa estacionaria compactadora com capacidade volumétrica mínima de 20m³	3
Caminhão Roll On Roll Off	1
Sistema de comunicação (rádio)	1

Disponibilização de contenedores fixos com capacidade mínima de 3,00 m3

Insumo	Qtd
Caixa estacionaria Metalica capacidade volumétrica mínima de 3 m³	150

Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.

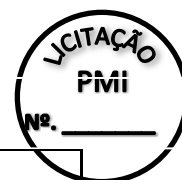
Insumo	Qtd
Motorista	3
Agente de Limpeza	6
Varredeira mecanizada com aspiração montada sobre chasis, dotada de carroceria de 6m3, caçamba em aço inox, sistema de aspersão de água, tanque para armazenamento de água com capacidade mínima de 1.500 L, 01 vassoura central de polipropileno e 02 laterais de aço, com bomba d'água de alta pressão, mangote superior de sucção, vassoura extra na parte trazeira do bocal, mangote adicional de no mínimo 5m de extensão, controle de inclinação das vassouras, sistema de reciclagem e aspersão de água. Idade máxima de 10 anos de uso, em perfeito estado de uso e conservação geral dos diversos componentes e equipamentos auxiliares.	3
Sistema de comunicação (rádio)	3

Coleta e Transporte de Residuos Volumosos (RCC / PODA / ROÇAGEM)

Insumo	Qtd
Motorista	9



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Operador de Maquina	3
Agente de Limpeza	12
Cabo de Turma	3
Veículo tipo motocicleta	3
Retro Escavadeira	3
Caminhão Basculante Capacidade de Caçamba Mínima 6m ³	6
Caminhão Carroceria Aberta	3
Sistema de comunicação (rádio)	15

Roçagem mecanizada

Insumo	Qtd
Cabo de Turma	3
Agente de Limpeza (ajudantes)	10
Operadores de roçadeira	20
Motorista	1
Sistema de comunicação (rádio)	4
Roçadeira lateral profissional	22
Carrinho sobre rodas com tela para proteção (altura = 3m /comprimento = 4m)	6
Equipamento de sopro e sucção	6
Ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros	1
Veículo tipo motocicleta	3
Sacos plásticos	1.000/mês

Limpeza de superfícies com hidrojato e desinfetante.

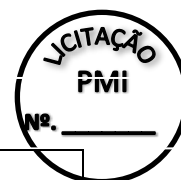
Insumo	Qtd
Cabo de Turma	1
Agente de Limpeza	3
Motorista	1
Sistema de comunicação (rádio)	2
Caminhão equipado com tanque pipa, com capacidade mínima de 10m ³	1
Produtos químicos para a lavagem e desinfecção (desodorizante com grau de diluição de 1:20 - 200 litros / sabão líquido com grau de diluição de 1:50 - 150 litros)	700
Veículo tipo motocicleta	1

Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)

Insumo	Qtd
Supervisor de Serviços Congêneres	1
Cabo de Turma	4
Agente de Limpeza	80
Motorista	4



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Sistema de comunicação (rádio)	9
Equipamentos de sopro e sucção de resíduos	6
Ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros	2
Veículo tipo motocicleta	1
Sacos plásticos	6.000/mês

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Fornecer à Contratada as informações e a documentação técnica indispensáveis à realização dos serviços ora contratados;

22.2 Credenciar, por escrito, junto à Contratada, um representante de seu próprio quadro ou terceiro, que atuará como seu fiscal e único interlocutor para os fins previstos neste contrato;

22.3 Assegurar o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, aos locais de realização do objeto, quando a hipótese assim exigir;

22.4 Emitir a Ordem de Fornecimento para execução dos serviços e a contratada não poderá iniciá-los, em nenhuma hipótese, antes de receber tal documento;

22.5 Controlar e fiscalizar os trabalhos dentro da amplitude necessária à salvaguarda de seus interesses, anotando em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;

22.6 Notificar a contratada, imediatamente, sobre faltas e defeitos observados na execução do Contrato;

22.7 Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas.

22.8 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

22.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 A CONTRATADA obriga-se a:

23.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

23.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

23.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;

23.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

23.1.5. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e/ou outro documento equivalente;

23.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

23.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

23.1.8. Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

23.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

23.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

23.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

23.2. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

23.3. As características indicadas na proposta vinculam a referida contratação.

23.4 A Contratada se obriga, além das disposições contidas neste Contrato, no Termo de Referência:

23.4.1 A Contratada obriga-se a manter, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

23.4.2 A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração do Contrato, podendo o contratante exercer seus direitos a qualquer tempo.

23.4.3 A contratada é responsável pelo pagamento de todos os encargos, ações, ônus ou débitos trabalhistas, tributários, previdenciários, fiscais, administrativos, comerciais, cíveis e penais decorrentes da execução do Contrato e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços/fornecimento.

23.4.4 A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

23.4.5 A inadimplência da Contratada com referência a todos os encargos, ações, ônus ou débitos decorrentes do Contrato não transferem ao contratante a responsabilidade por seu pagamento.

23.4.6 A Contratada obrigar-se-á a desenvolver o objeto deste Contrato sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo está de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

23.4.7 Independente da fiscalização do contratante, a contratada será responsável por toda execução dos serviços, com supervisão do contratante.

23.4.8 Cabe à Contratada permitir e facilitar à fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

23.4.9 A contratada assumirá total responsabilidade por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, independente de dolo ou culpa, isentando o contratante de todas as responsabilidades advindas de atos de seus prepostos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do objeto.

23.4.10 Obriga-se a Contratada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.4.11 É responsabilidade da Contratada o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de- obra necessários para a perfeita execução do objeto.

23.4.12 Arcar com as despesas decorrentes de multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e por ato de seu pessoal, inclusive aquelas que, por efeito legal, sejam impostas ao contratante;

23.5 É vedado à Contratada:

23.5.1 Contratar servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Contratante, durante a vigência do Contrato.

23.5.2 Veicular publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



autorização do contratante.

23.5.3 Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a autorização prévia do contratante.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A dotação orçamentária específica para esta atividade será informada pela equipe da Contabilidade que a anexará ao devido processo administrativo.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 O Município de Ilhéus-BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

25.2 Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 269/2025.

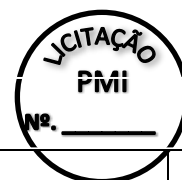
25.3 Fica eleito o foro da Comarca de Ilhéus-BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO Nº XXX/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
E-MAIL:		TELEFONE:
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:

PRAZO DE EXECUÇÃO:

PLANILHA DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais, utilizando-se caminhões compactadores e respectiva guarnição.	Ton	5000,00		
2	Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais utilizando-se motocicleta. (DIFÍCIL ACESSO)	EQUIP X MÊS	2,00		
3	Coleta Containerizada de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares, Comerciais e de Varrição	EQUIP X DIA	15,00		
4	Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC)	Ton	2001,00		
5	Coleta e transporte com utilização de caixa compactadora com capacidade volumétrica de 20,00 m ³ para os resíduos das feiras livres.	Ton	450,00		
8	Coleta e Transporte de Resíduos Volumosos (PODA / ROÇAGEM)	EQUIP X MÊS	2,00		
6	Lavagem de Feiras Livres	m ²	99334,25		
7	Limpeza Mecanizada de Praias e remoção dos resíduos	EQUIP X MÊS	2,00		
9	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos	KM/MÊS	2251,20		
10	Varrição Mecanizada de vias públicas com caminhão varredeira.	EQUIP X MÊS	2,00		
11	Limpeza de superfícies com hidrojato e desinfetante.	EQUIP X MÊS	1,00		
12	Equipe Padrão para serviços congêneres (sacheamento, retirada de terra, pintura de meio-fio e serviços afins, com o fornecimento de material)	EQUIP X MÊS	2,00		
13	Fornecimento e Manutenção de Caixas Estacionárias	Und/Mês	8,00		
14	Disponibilização de contenedores fixos com capacidade mínima de 300L	Und/Mês	150,00		
Total Mensal					
Total Mensal x 12 meses					



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Local e Data

_____, ____ de _____ de 20XX.

Carimbo do CNPJ da empresa
e assinatura do responsável

Declaramos que o objeto da planilha de preço estão estritamente de acordo com as características constantes do Anexo I – Especificações Técnicas/Proposta de Preço deste Edital.

Declaramos estar em dia com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme legislação vigente.

O prazo de eficácia desta proposta é de 60 dias, a partir da entrega do respectivo envelope, conforme art. 64, §3º da Lei de Licitações.

A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no artigo 64 § 3º da Lei de Licitações.

_____, _____ de de _____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa) (Identificação: RG Nº xxxxxx, SSP/xxx e CPF Nº xxxxxx)

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA, E A
EMPRESA.....

O Município de Ilhéus/BA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.672.697/0001-62, com sede Avenida Brasil, nº. 90, bairro Conquista – CEP 45650-270 - Ilhéus/BA, **através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos**, representada pelo Secretário Municipal, o Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, aqui denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx com sede xxxxxxxxxxxx,xxxxx, nº xxxxxx, – xxxxxx/xx, CEP: xxxxxx, aqui representada pelo Sr.xxxxxxxxxxxx, brasileiro, xxxxxx, xxxxxxxxxxxx, inscrita no CPF sob o Nº xxxxxxxxxxxx e RG.: nº xxxxxxxxxxxx SSP/xx, aqui denominado Contratada, tendo em vista no que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica Nº xxx/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA CONVENCIONAL E CONTEINERIZADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS, PÚBLICOS E INDUSTRIAIS, LAVAGENS E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES E VIAS, LIMPEZA DE PRAIAS E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BA, vincula esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art.92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento da obra constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, total ou parcial do seu objeto, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a autorização prévia do contratante.

4.2. Contratar servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Contratante, durante a vigência do Contrato.

4.3. Veicular publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização do contratante.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$()



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS-BA, para fins de liquidação e pagamento, que serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contado da entrega dos documentos exigidos para pagamento.

6.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA;

6.3. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.6. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão sancionador.

6.11. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas na habilitação, poderá ser concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

6.11.1. Na hipótese acima prevista, e em não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato. Neste caso, o sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado para, querendo, acompanhar o pagamento das referidas verbas.

6.11.2. Os pagamentos previstos no subitem acima, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

6.11.3. Quando, justificadamente, não for possível a realização do pagamento direto aos empregados, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.12. Não haverá reembolso de salários pela Contratante à Contratada.

6.13. O pagamento devido à contratada será efetuado na conta bancária nº: xxxxx – Ag. nº: xxxxxx – Banco: xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

7.5. Nas aferições finais, índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

7.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



8.1. São obrigações do Contratante:

- Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar a obra do presente Termo de Referência;
- Comunicar prontamente a contratada qualquer anormalidade na execução do serviço, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado de forma que sejam mantidas todas as condições estipuladas neste termo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV XVI e XVII)

9.1. São obrigações do Contratado:

- Atender a todas as condições descritas no presente Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;
- Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;
- Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;
- Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela contratante sobre os fornecimentos, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência;
- Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização da Contratante, inerentes ao objeto desta contratação;
- Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados à contratação;
- Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação à CONTRATANTE com relação aos mesmos.

Reparar e/ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste termo em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.2. Garantia de execução: é medida que se mostra necessária para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à contratante decorrentes da inexecução parcial ou total do contrato, bem como por conta de eventual inadimplência de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos executores dos serviços.

Assim, para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais que serão firmadas, o Contratante exigirá da licitante vencedora a prestação de “garantia de execução”, de acordo com o art. 99 e seguintes da lei 14.133/2021, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



global do contrato.

A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total e, ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data em que for notificada pela PMI, mediante correspondência entregue contra recibo.

A CONTRATADA deverá oferecer garantia integral contra qualquer defeito de fabricação e instalação pelo prazo de 12 (doze) meses para equipamentos e de 60 (sessenta) meses para a estrutura física da obra, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A CONTRATADA deverá submeter o Termo de Garantia à aprovação da CONTRATANTE.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento parcial ou total do contrato;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar, expressamente, todos os eventos indicados no parágrafo anterior.

A garantia deverá ser integralizada em no máximo 15 (quinze) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou houver alteração do valor contratual.

A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, FAR-SE-Á DE PLENO DIREITO, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e das demais sanções previstas no contrato a ser firmado.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. Todavia, o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade mínima pelo prazo de 06 meses posteriores à vigência do contrato, e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



11.1 Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, a fim de acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

11.2 A execução do contrato será acompanhada ainda pelo gestor de contratos e o respectivo fiscal, que serão designados por meio de Portaria no ato da Assinatura do Contrato, o qual deverá coordenar a rotina de fiscalização e tomar as providências cabíveis quando necessário;

11.3. Para a fiscalização e gestão do contrato deverão ser observados, o disposto no Decreto Municipal nº 269/2025 no que diz respeito às atividades de fiscalização e gestão de contratos.

11.4. Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art.92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas,
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.3.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei Nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PODER: 02 – PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO: 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

UNIDADE: 18.00.1. – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMÁTICA ECONOMICA: 15.452.018.2064 – GESTÃO DA LIMPEZA PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA: 3.3.9.0.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ

FONTE DE RECURSO: 1.500.0000

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípio gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Nº 14.133/2021, bem como no respectivo site oficial na internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei Nº 12.527 de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto Nº 7.724, de 2012.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, § 1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhéus para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/2021.

Ilhéus - Bahia, ____ de ____ de 2025.

Município de Ilhéus
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da lei, que na



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº XXX/2025, instaurada pelo Município de Ilhéus/BA, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025**

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que na



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº XXX/2025 instaurada pela Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que até a



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), de..... de 2025.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025**

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, para fins do disposto no inciso VI



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

OBS. 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.
-000

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 001/2025,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar no 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da Dispensa de Licitação Eletrônica, na condição

() de MICROEMPRESA [ou] () de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar no 123/06.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARAMOS para fins de atendimento ao



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



que consta do edital do Concorrência Eletrônica nº XXX/2025 da Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE NÃO INTEGRAR O QUADRO FUNCIONAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº XXX/2025, instaurada pelo Município de Ilhéus-Ba, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DE PROPOSTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2025
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 12706/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 013/2025

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), de de 2025.

EMPRESA / CNPJ
(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.